



---

**QUADRO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES  
UNIDAS (UNDAF) 2009-2013  
ANGOLA**

**Relatório de Progresso**

**2011 - 2012**

---



## Índice

Índice .....	2
1. Agradecimentos .....	3
2. Abreviaturas .....	4
3. Prefácio .....	5
4. Objectivos .....	6
5. Perspectiva do UNDAF .....	6
6. Contexto e Tendências de Desenvolvimento 2011 - 2012 .....	7
7. Progresso e resultados alcançados: contribuição do UNDAF para os objectivos de Nacionais de desenvolvimento .....	9
▪ Área de apoio 1: Governação, Justiça e Dados para o Desenvolvimento .....	9
▪ Área de apoio 2: Sectores Sociais (Saúde, Água e Saneamento e Educação) .....	13
▪ Área de apoio 3: VIH e SIDA .....	19
▪ Área de apoio 4: Desenvolvimento Económico Sustentável .....	23
8. Progressos na Reforma das Nações Unidas referente à organização administrativa e de procedimentos .....	26
9. Desafios e Oportunidades .....	28

## **1. Agradecimentos**

Em nome da Equipa Nacional da ONU em Angola, que ajudou a preparar este relatório de progresso do UNDAF, gostaria de expressar a nossa sincera gratidão a todos os Ministérios e Agências, aos parceiros e comunidade doadora, ao sector privado e ONGs em Angola, que contribuíram para que os resultados aqui mencionados fossem alcançados. Esperamos que este relatório de progresso possa servir como base para o aprofundamento e aumentos dos resultados durante o próximo ano de intervenção.

## 2. Abreviaturas

ACP – Grupo Africa-Caribes-Pacífico  
AIDI - Atendimento Integrado das Doenças de Infância  
CAPEFA – Desenvolvimento das Capacidades da Educação para Todos  
CCA – Avaliação Conjunta do País  
CEC – Avaliação Conjunta de Comodidades Essenciais  
CMAM – Gestão Comunitária para a Malnutrição Aguda  
CNIDA – Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência  
DANAAS – Direção Nacional das Águas e Saneamento  
EAC - Escolas Amigas da Criança  
FAO- Food and Agriculture Organization  
IBEP – Inquérito do Bem estar da População  
ICC- Comissão Intersectorial de Coordenação  
ICP –Programa Internacional de Comparação  
IMSAN – Gestão Integrada da Mal Nutrição Severa Aguda  
INE -Instituto Nacional de Estatística  
INLS – Instituto Nacional de Luta contra o SIDA  
MAC – Município Amigo da Criança  
MAT – Ministério da Administração do Território  
MAPTSS (Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social)  
MINFAMU – Ministério da Família e Promoção da Mulher  
MINJUD – Ministério da Juventude e Desportos  
MINPLANDT – Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial  
MONAM – Ministério do Ambiente  
MPME – Micro Pequenas e Médias Empresas  
ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio  
OIT- Organização Mundial do Trabalho  
OIM – Organização Internacional para as Migrações  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
OOSCI – Iniciativa para as Crianças Fora da Escola  
PAAE - Programa de Aceleração do Ensino Básico  
PDM – Planos de Desenvolvimento a Médio Prazo  
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
SICA – Sistema de Indicadores da Criança Angolana  
SISAS- Sistema de Informação do Sector de Água e Saneamento  
SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida  
SNU – Sistema das Nações Unidas em Angola  
UCC – Coordenador da UNOSIDA  
UNCT- Equipa da ONU no País.  
UNDAF – Quadro de Assistência das Nações Unidas  
UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População  
UNHCR- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados  
UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNTA- União Nacional dos Trabalhadores de Angola  
UNJTA – Grupo das Nações Unidas para o SIDA  
VIH- Vírus de Imunodeficiência Humana  
ZIPs- Zonas de Influência Pedagógica

### 3. Prefácio

O UNDAF (sigla que vem do inglês “United Nations Development Assistance Framework”), ou seja, Quadro de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento é um instrumento de planeamento que, para ser entendido, precisa de ser contextualizado dentro de uma agenda de reforma das Nações Unidas. Junto com o CCA (Common Country Assessment, ou seja, Avaliação Conjunta de País), o UNDAF é parte de um esforço das Nações Unidas de coordenação das suas atividades através de uma visão coerente e de estratégias integradas de acção de acordo com as prioridades nacionais. O UNDAF não é um programa, mas sim um documento estratégico de planificação conjuntamente entre o Executivo e Nações Unidas.

O UNDAF reflete o valor agregado e o conjunto dos resultados comuns das Nações Unidas e do Governo em determinado país. Ele é caracterizado não somente por ser uma resposta integrada, comum a todas agências das Nações Unidas, mas sim fundamentalmente por ser baseado nos seus princípios de programação (abordagem dos direitos humanos, igualdade de género, equidade, sustentabilidade ambiental, gestão por resultados e desenvolvimento de capacidades). É na simplicidade dos elementos comuns das diferentes agências das Nações Unidas que encontramos os eixos norteadores para as suas operações.

O objetivo deste relatório de avaliação do UNDAF 2011-2012 é i) mapear como as acções das NU em Angola contribuíram para as mudanças ocorridas no país desde o início do UNDAF; ii) avaliar como as agências das NU em Angola utilizam o UNDAF nos seus marcos de resultados e iii) examinar as lições aprendidas no uso do UNDAF como um marco lógico comum durante o período em questão.

O UNDAF é importante não somente pelo seu desenho, mas também pelo mecanismo de gestão que representa. Isso significa que, na análise do marco de resultados, importa discutir não somente a sua coerência estratégica mas o seu conteúdo técnico e visão dos temas prioritários e mandatos das agências reflectidos em acções conjuntas e integradas com o Executivo.

## 4. Objectivos

O objectivo do presente relatório é apresentar as actividades desenvolvidas pelo Executivo de Angola e parceiros do SNU e os progressos conjuntos conseguidos com a implementação do Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento (UNDAF) durante o ano de 2011 e 2012. O relatório resume os resultados colectivos do trabalho do SNU no apoio ao Executivo em cada uma das áreas previamente definidas de resultado do UNDAF, nomeadamente:

1. **Área de apoio 1: Governança, Justiça e Dados para o Desenvolvimento:** Desenvolvimento das capacidades institucionais para melhorar o planeamento com base nas evidências, a legislação, a responsabilização das estruturas de governação e o ambiente legal para resolver as necessidades dos pobres e dos mais vulneráveis, ao mesmo tempo que se reforçam o envolvimento comunitário, a participação cívica para cimentar a coesão social, a reconciliação nacional e a capacitação das mulheres.
2. **Área de apoio 2: Sectores Sociais (Saúde, ASBS e Educação):** Acesso melhorado e igualitário a serviços sociais de qualidade e integrados aos níveis nacional e local, com ênfase nos ODMs (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio).
3. **Área de apoio 3: VIH e SIDA:** Resposta nacional reforçada ao VIH e SIDA através do acesso universal à prevenção, ao tratamento, aos cuidados e apoio, e da erradicação do estigma e da discriminação.
4. **Área de apoio 4: Desenvolvimento Económico Sustentável:** Reforço do crescimento económico e da gestão macroeconómica responsável em prol dos pobres, do desenvolvimento rural integrado, da gestão dos recursos naturais e da energia para promover a proteção ambiental, da eficiência energética e da adaptação às alterações climáticas.

Para além disto, importa sublinhar que o UNDAF está alinhado com o apoio ao PDM (Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo) de 2009-2013 e as prioridades de longo prazo do Executivo.

## 5. Perspectiva do UNDAF

O Sistema das Nações Unidas em Angola é composta por 10 agências especializadas, fundos e programas que compõem o UNCT (United Nations Country Team ou Equipa da ONU no país), nomeadamente: PNUD, UNICEF, UNFPA, UNESCO, ONUSIDA, OMS, OIT, FAO, OIM, e UNHCR. O UNCT contempla também diversas estruturas inter-agenciais como grupos de trabalho (GT) nos vários temas, e o grupo de aconselhamento ao Coordenador Residente (CR). A sua principal função é desenvolver uma abordagem coordenada para planificar, implementar e monitorar as actividades preconizadas pelo UNDAF. Além disso, o trabalho do UNCT conta com a colaboração de cinco Programas Integrados, três dos quais são apoiados pelo Fundo de Realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM-F).

É esse trabalho colectivo, coordenado, articulado, inclusivo e alinhado com as prioridades nacionais de desenvolvimento que é objeto do UNDAF. Neste relatório de avaliação do UNDAF 2011-2012, são seguidos os parâmetros e referências produzidos pelo Grupo de Trabalho do UNDAF, contemplando os principais critérios de avaliação, conteúdos e informação para a avaliação do grau de intervenção das agências; descreve a cooperação e os compromissos previstos por parte do Sistema Nações Unidas (SNU) na implementação dos Planos Anuais do Executivo.

Os objectivos nacionais específicos estabelecidos no Planos de Desenvolvimento a médio prazo do Governo e apoiados através do UNDAF são os seguintes:

- i) Melhorar as condições de qualidade da vida e o desenvolvimento humano dos angolanos, através da erradicação da fome e da pobreza e da promoção de níveis adequados de educação e saneamento;
- ii) Promover a unidade e a coesão nacional e a consolidação da democracia e das suas instituições;
- iii) Assegurar o desenvolvimento económico sustentável, com estabilidade macroeconómica, e a transformação e diversificação das estruturas económicas, assim como assegurar a liberdade, os direitos fundamentais e o desenvolvimento da sociedade civil.

Por conseguinte, a implementação eficaz do UNDAF contribui diretamente para a concretização dos Planos Anuais do Executivo. Um aspecto importante, atendendo a que o UNDAF segue o mesmo ciclo de implementação desses Planos, o que permite uma melhor monitorização e avaliação dos resultados do trabalho, com vista à concretização dos objectivos nacionais. Sublinhe-se que o actual UNDAF foi também o primeiro a ser formalmente assinado entre o SNU e o Ministério do Planeamento. Através desta assinatura, o Governo de Angola e o SNU comprometeram-se em realizar os valores e os princípios consagrados na Declaração do Milénio e nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs).

De notar que a implementação do UNDAF se articula com a capacidade financeira do SNU e do Executivo de angariar fundos para os programas e projectos previstos. Durante o período de implementação do UNDAF, foram submetidas propostas de financiamento, sobretudo para apoiar a crise nutricional que assolou o país.

O UNDAF é um documento dinâmico e é afectado pelas condições estruturais em que funciona. Para melhor compreender os resultados iniciais das actividades do UNDAF em 2011 e 2012 apresenta-se a seguir uma breve resenha de alguns dos principais eventos nacionais de desenvolvimento durante 2010 a 2012.

## **6. Contexto e Tendências de Desenvolvimento 2011 - 2012**

- a) Durante o ano de 2009, Angola deu início à preparação do Censo Populacional que se vai realizar em 2014. Os preparativos do censo envolvem a angariação de fundos e alocação de verbas por parte do Executivo, obedece a etapas e envolve muitos recursos humanos

qualificados e conhecimento sobre a condução de um trabalho desta complexidade e magnitude, assim como logísticos, administrativos e financeiros. O mesmo vai custar aproximadamente 56 milhões de dólares americanos. O Executivo começou por criar um pacote jurídico-legal, como a nova lei do sistema estatístico nº 3/11, a Lei 19/11 sobre o censo e o Decreto Presidencial que define as normas de recenseamento nº 3/11. Angola é dos poucos países em que o Governo assume quase a totalidade dos custos do censo, e o SNU através do UNFPA, tem feito contribuições estratégicas em aspectos fundamentais para cobrir todas as etapas do Censo desde a sua preparação até a análise de informação censitária. O Conselho de Ministros aprovou a criação do Gabinete Central do Censo, integrado no Instituto Nacional de Estatística, instituição responsável pelo Censo.

b) Os preparativos das eleições dominaram parte das agendas em 2011 e 2012. A experiência eleitoral angolana é escassa, pois até a data das eleições, em Agosto de 2012, somente tinham sido realizadas duas eleições desde a sua independência de Portugal em 1975. Em Agosto de 2012 aconteceram as terceiras eleições em Angola. O MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, foi a formação política mais votada com 71,8% dos votos, nas eleições gerais de 31 de Agosto de 2012. Com uma maioria qualificada, o MPLA consegue, assim, eleger 175 dos 220 deputados da Assembleia Nacional Angolana, o que representa uma perda de 16 parlamentares, em relação à anterior legislatura de uma forma geral. Constatou-se que houve transparência no escrutínio das eleições e foi reconhecido o empenho da CNE (Comissão Nacional Eleitoral) em criar condições para o acesso dos agentes eleitorais e da logística às zonas mais recônditas do país. Os preparativos das eleições contribuíram para uma redução do nível de implementação dos projectos.

c) A economia de Angola registou um crescimento de 7,5% comparada com 3,4% em 2010 devido às políticas prudentes que foram adoptadas pelo Executivo e a paz já solidificada. As perspectivas macroeconómicas para 2012 foram genericamente favoráveis com o início da exploração de novos poços, o que fará aumentar a produção de petróleo.



Ilustração 1 Eleições Gerais de 31 de Agosto de 2012

d) A mortalidade materna em Angola diminuiu, resultado dos investimentos feitos no sector da saúde nos últimos anos. Contudo, reconhece-se que apesar da redução da mortalidade materna em Angola, ainda existem muitos desafios para melhorar esse importante indicador sanitário.

- e) Angola viveu uma época de estiagem entre os meses de Outubro de 2011 e Abril de 2012 causando uma insegurança alimentar alarmante. O Executivo angolano criou um programa estratégico para apoiar a população afectada pela seca durante a campanha agrícola 2011-2012, em algumas regiões do país no valor de 4 biliões de Kwanzas. O Executivo, em Junho de 2012, aprovou um programa de assistência às populações afectadas com alimentos, insumos agrícolas, medicamentos e algumas acções no domínio da nutrição. Este programa foi avaliado em 4.549.000.000 de Kwanzas.
- f) O Parlamento aprovou a lei contra a violência doméstica contra as mulheres, a lei do investimento estrangeiro e a lei da comunicação social.
- g) Durante o ano de 2012, registaram-se algumas tentativas de manifestação contra o desempenho do Executivo e reivindicações das condições sócio económicas dos trabalhadores, principalmente dos desmobilizados do exército.

## 7. Progresso e resultados alcançados em contribuição do UNDAF e contribuição para os objectivos nacionais de desenvolvimento

Em 2011, o UNDAF 2009-2013 entrou no seu terceiro ano de implementação. A implementação das actividades continua a ter um impacto positivo sobre a abordagem do SNU para a reforma das Nações Unidas. A necessidade de programação comum de todas as agências e programas, assim como dos processos de revisão conjunta, têm passado por um período de constante adaptação e transição mantendo o foco em prioridades nacionais de desenvolvimento e as prioridades para a realização dos ODM. Com base nas quatro áreas de apoio definidas no UNDAF de 2009, o contributo do Sistema das Nações Unidas para a concretização global dos resultados esperados em 2011 e 2012 pode resumir-se da seguinte forma:

Área de apoio 1	Governança, Justiça e Dados para o Desenvolvimento
Resultado 1	Desenvolvimento das capacidades institucionais para melhorar o planeamento com base nas evidências, a legislação, a responsabilização das estruturas de governação e o ambiente legal para resolver as necessidades dos pobres e dos mais vulneráveis, ao mesmo tempo que se reforçam o envolvimento comunitário, a participação cívica para cimentar a coesão social, a reconciliação nacional e a capacitação das mulheres.
<b>Parceiros Nacionais</b>	INE, MINARS, MINFAMU, MINJU e MINPLAN.
<b>Agências Envolvidas</b>	UNFPA, PNUD, OHCR, e UNICEF.

Dentro deste resultado, as acções foram coordenadas através de três eixos principais: tentativa de redução da violência com políticas de cuidados para com as vítimas, com programas para um sistema de justiça mais eficiente e humanizado e o reforço da capacidade institucional. Nesse contexto, deve-se notar que a questão da proteção da criança merece especial destaque durante estes dois anos de implementação do UNDAF.

## **Governança e Envolvimento Cívico**

O SNU continuou a apoiar o Conselho Nacional da Criança (CNAC), que é presidido pelo Ministro da Reinserção Social (MINARS); O CNC inclui catorze vice-ministros ou diretores Nacionais, o Instituto Nacional para Criança (INAC) e dezoito representantes da sociedade civil. O UNICEF é a única agência internacional com assento no CNAC, com direito a plena votação. A colaboração prestada incidiu na área de planificação, execução e acompanhamento dos 11 Compromissos para as crianças angolanas, que inclui questões de proteção e orçamento para as crianças. O Executivo, em parceria com o SNU, realizou o 5<sup>a</sup> Fórum em 2011 em que foi aprovado um plano de trabalho semestral, orçado em USD 500 milhões, a ser financiado pelo Executivo. Como parte da missão CNAC é estabelecer um sistema de monitorização de indicadores de funcionamento para as crianças, o SNU vão apoiar a sistematização da pesquisa e recolha dos dados de rotina. Existe um compromisso político de vincular a SICA (Sistema de Indicadores da Criança Angola) com a certificação de Municípios Amigos da Criança, como base para um sistema de incentivos baseados em resultados.

Durante estes dois anos, o MININT, em colaboração com a OIM, continuou a providenciar assistência técnica e sensibilização para a Luta contra o Tráfico Humano. Esta acção inclui esforços para a ratificação de dois protocolos da Convenção das Nações Unidas sobre o Crime Organizado Transnacional. Nesta linha foi incorporado material adequado dos módulos usados para formação da Academia Nacional de Polícia. Como resultado do apoio da OIM e UNHCR, o Executivo desenhou e implementou uma estratégia conjunta para melhor gerir os movimentos migratórios nos principais pontos de entrada. Em sequência, sob a liderança do Executivo, mais concretamente do MINARS, foram implementadas actividades ligadas ao repatriamento de Angolanos refugiados que resultou no regresso de 23,343 refugiados da República Democrática do Congo, Namíbia, e Zâmbia. Foram também desenvolvidas acções para reforçar a capacidade da sociedade civil, oficiais do Executivo e reforço da lei para identificar e proteger vítimas do tráfico humano. Através do Observatório África, Caribe e Pacífico (ACP) sobre as Migrações, do qual Angola é país piloto. A OIM, à luz da cooperação existente, elaborou dois estudos, sobre as dinâmicas da migração interna e integração dos retornados, providenciado deste modo informação nacional e regional.

Em parceria com Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD) através de advocacia, o SNU influenciou a inclusão das questões relacionadas com a Saúde Sexual Reprodutiva na nova planificação estratégica. Com a colaboração técnica e financeira do UNFPA, o MINFAMU apoiou a Coligação contra a Violência Baseada no Género (VBG), organização da sociedade civil que promove actividades de género e a erradicação da violência. O trabalho do MINFAMU contra a VBG atingiu os municípios, onde se realizaram actividades de sensibilização.

## **Justiça e Estado de Direito**

As campanhas de registo de nascimento têm sido uma das actividades constantes durante estes dois anos de implementação. O SNU continua activamente a trabalhar nas campanhas do Executivo e deste modo foram estabelecidas parcerias com o MINJUS, (Ministério da Justiça) MED (Ministério da Educação) e MAT (Ministério da Administração do Território) para o registo de nascimento, estando em preparação um documento informatizado que integra informação sobre o estado de saúde das crianças e adultos registados.

Está em curso o processo de preparação legal e administrativa para as eleições autárquicas, que se espera que aconteçam no final do mandato em curso do novo Executivo, em 2017. Deste modo, o PNUD apoiou o Centro de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade Agostinho Neto nas avaliações sobre a implementação das eleições municipais. Por outro lado, forneceu suporte ao MAT e aos seus parceiros para utilizarem boas práticas da região e países lusófonos. Está também em diálogo com o MAT, um novo programa com foco em eleições locais. Os municípios têm tido maior atenção por parte do Executivo desde a revisão constitucional, tendo estado gradualmente a ganhar autonomia. Assim foram disponibilizados pelo Executivo 400 milhões de USD para cobrir 165 municípios dentro do programa de redução da pobreza.

Para minimizar os problemas das crianças em conflito com a lei, vítimas de violência ou necessitando de cuidados alternativos, foi redesenhado o Programa das Mães Substitutas do MINARS. O SNU contribuíram para a elaboração da Proposta da Política da Primeira Infância, que foi apresentada no V Fórum em 2011. Foi com base nesta política que o processo que levou a cabo o desenvolvimento da Lei sobre a Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança foi aprovada pela Assembleia. Esta lei é abrangente e multisectorial, mas mantém uma base forte na educação, e um destaque particular na educação da primeira infância.

Foi providenciado apoio ao MINFAMU pelo UNFPA para o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Igualdade de Género, assim como suporte para a produção da edição em tamanho de livro de bolso sobre a Violência Doméstica, aprovada em Junho de 2011, para ampla distribuição através dos parceiros envolvidos. Foi prestado suporte para a revisão da Política Nacional de Género que ainda aguarda aprovação e também apoio à comissão Parlamentar e Comité Interministerial liderada pelo MINFAMU, para desenvolverem uma política de orçamento sensível ao género e instrumentos de monitorização. Foi reforçada a capacidade a nível municipal em dezoito municípios para a realização de perfis municipais de género.

Com o MINPLAN fizeram-se progressos na elaboração de uma política Nacional da População através do dialogo político e técnico que o assunto merece.



**Ilustração 2: Seminário sobre a Elaboração dos Relatórios de Direitos Humanos**

Um facto merecedor de realce é o restabelecimento dos contactos entre o Executivo de Angola, (através da Comissão Intersectorial dos Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores e a então Secretaria de Estado dos Direitos Humanos) e o Alto Comissariado dos Direitos Humanos através do seu Escritório Regional baseado em Joanesburgo. Este contacto culminou no reforço da capacidade da Comissão Intersectorial acima referida, para a elaboração e apresentação dos Relatórios de Direitos Humanos que Angola deve apresentar á Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

### **Dados para o Desenvolvimento**

Continua-se a contribuir nos trabalhos preparatórios de Censo de População e Habitação que foi reprogramado para Maio de 2014, estando previsto o Censo Piloto para Maio de 2013. Nove missões de consultoria especializada foram fornecidas ao INE, nas áreas de metodologia, processamento de dados, cartografia, desenho do questionário. Concluiu-se em parceria com o SNU, o Plano Estratégico do Censo é o documento técnico mais importante para a condução dos trabalhos, desde a preparação até as análises temáticas baseadas nos dados censitários. Os consultores também treinaram o pessoal do INE, sob a modalidade de treinamento-no-trabalho. Dois técnicos do INE foram financiados pelo UNFPA, durante 2001 e 2012, para obterem o Mestrado em Demografia no Iford, (Instituto de Formação e Pesquisa Demográfica) nos Camarões. Estes técnicos deverão no regresso participar nos trabalhos ligados ao Censo.

Registaram-se progressos no desenvolvimento de políticas e reforço das capacidades operacionais, nomeadamente no apoio ao projecto dos programas de pobreza a nível dos municípios, elaboração de 164 perfis municipais, dotação de ferramentas de planificação desenvolvimento das capacidades das administrações municipais em termos de planificação, orçamento e participação dos cidadãos a nível local. Em relação à disponibilidade de dados fiáveis,

foram desenvolvidos esforços para reforçar a capacidade do INE e ministérios parceiros que incluiu a capacitação, particularmente referente a recolha e análise de dados, incluindo dados demográficos sobre saúde, estimativa indiretas de mortalidade materna através do Inquérito do Bem-Estar da População (IBEP) e implementação do Sistema de Informação para Crianças angolanas e alcance dos ODM. Com base nos resultados do IBEP, foi apoiada uma análise multidimensional da pobreza no contexto de desenvolvimento de uma política de Protecção Social, assim como a elaboração dos perfis provinciais.

Na área da Protecção da Criança, o SNU trabalhou com o MINARS na recolha e análise de dados sobre a Protecção da Criança, tendo sido compilado indicadores relevantes dentro de um conjunto de actividades de formação. A análise da legislação actual e a revisão de experiências internacionais vai contribuir para o desenho apropriado da Lei da Assistência Social. Foram harmonizados os parâmetros em Angola sobre a Protecção da Criança, com os padrões internacionais, como trabalho preparatório para Lei de Protecção e Desenvolvimento Integral. O MINARS, em parceria com o UNICEF, conduziu um estudo no Moxico sobre a Gravidez Precoce, que serviu para o delinear dos termos de referencia para um estudo nacional ainda dentro desta temática.

SNU providenciou apoio técnico e financeiro ao MINFAMU para a criação de uma base de dados sobre a violência doméstica, o que é uma ferramenta necessária para a implementação da recentemente aprovada Lei contra a Violência Doméstica.

Como parte do desenvolvimento de capacidades, a Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto realizou palestras de sensibilização sobre a importância dos temas populacionais para o desenvolvimento de Angola salientando os temas de condição da mulher, população e clima; a recuperação nacional após crise, e as oportunidades e desafios das tendências demográficos em Angola e no mundo. Participaram mais de 500 pessoas, principalmente estudantes de ensino superior.

<b>Área de apoio 2</b>	<b>Sectores Sociais (Saúde, Água e Saneamento e Educação)</b>
Resultado 2	Acesso melhorado e igualitário a serviços sociais de qualidade e integrados aos níveis nacional e local, com ênfase nos ODMs.
<b>Parceiros Nacionais</b>	MINARS, MED, MINSA e OIM.
<b>Agências Envolvidas</b>	UNICEF, UNESCO, UNFPA, e OMS.

## **Educação**

Foi providenciado apoio institucional para os ZIPS (Zonas Intensivas Pedagógicas) e preparativos para o desenvolvimento do modelo de educação à distância para crianças fora do sistema escolar, devido à idade avançada ou em situação de emergência possam ter uma segunda oportunidade. Dentro deste temática, o Executivo procurou uma alternativa com o apoio do SNU e conduziu num estudo através do PAAE (Programa de Alfabetização e Aceleração do Escolar ) e OOSCI (Auto School Children Initiative). Foi fornecido suporte ao MED para auto avaliação das escolas técnicas e planificação das EAC (Escolas Amigas da Criança) incluindo o papel que desenvolvem nas estruturas do sistema de ensino, tais como os ZIPs (Zonas Intensivas Pedagógicas) e para a

construção de escola, no âmbito na Iniciativa “Escolas para África”. Está em preparação uma avaliação sobre o Ensino Privado com ênfase nos estabelecimentos vocacionados para a primeira infância. O UNICEF também participou na avaliação intercalar do Plano de Acção Nacional de Educação para Todos. Este revelou progressos importantes rumo a implementação da educação na primeira infância e de um ensino básico com cobertura universal em Angola, todavia foram também identificados obstáculos no acesso à educação. Os resultados da avaliação serão partilhados a nível nacional e em todas as províncias, para orientar um melhor planeamento com vista a cumprir os objectivos de Educação para Todos.

Sob a liderança do MED e com o apoio do UNICEF e UNESCO, foi desenvolvido o Plano Mestre de Formação de Professores em Angola com 8 áreas de acção para o período de 2008- 2015, tendo o SNU contribuído para a implementação de algumas actividades chaves, particularmente no que concerne à melhoria da educação, monitoria e avaliação dos professores dentro do quadro da reforma educativa, apoio para a melhoria da gestão e capacidade administrativa dos professores a nível nacional e provincial. Os resultados desta acção traduzem-se na finalização do Quadro Nacional de Qualificação dos Professores, Estratégia Nacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, sob liderança do INFQ e INIDE na iniciativa “Meninas e Ciência”. Foram também adoptados alguns manuais desenvolvidos pelo Programa Nacional para Ciências (IBSP). O MED, com o apoio da UNESCO, desenvolveu a proposta para o estabelecimento da Reserva da Biosfera do Deserto do Tombua/Welwitschia no âmbito do Desenvolvimento das Capacidades da Educação para Todos da UNESCO, para determinação das fraquezas apoio a avaliação no sentido de se atingir os parâmetros exigidos pela Tecnologia de Informação e comunicação.

Com o apoio da UNESCO, jornalistas do Centro CEFOJOR foram capacitados em jornalismo de investigação, com vista a contribuir para a criação de médios de comunicação independentes e com capacidade crítica necessária.

### **Saúde, Nutrição, Água e Saneamento**

O UNFPA forneceu equipamentos e medicamento e apoiou o treinamento de cirurgiões em fístula obstétrica para desenvolver os seus trabalhos no Hospital da Damba, Uíge, e em Chiulo, Cunene. Também, o UNFPA continua a fornecer equipamentos e medicamentos na área de saúde reprodutiva ao Executivo de Angola. UNFPA é o principal fornecedor de contraceptivos para o Executivo, além de fornecer apoio técnico para o gerenciamento adequado de artigos relacionados com a saúde reprodutiva.

O UNDAF priorizou o reforço das capacidades nacionais, o desenvolvimento de políticas, planos estratégicos e o acompanhamento do processo de implementação de actividades principalmente no apoio prestado para a melhoria da saúde da mãe e da criança e o controlo do VIH. Um evento assinalável em 2011 foi a assistência técnica e a advocacia, baseadas em evidências, realizadas pelo SNU junto ao Ministério da Saúde e outros parceiros que deram origem à elaboração da Estratégia Nacional de Nutrição para a Primeira Infância, com o objectivo de orientar as práticas adequadas de alimentação na primeira infância de grande impacto na sobrevivência infantil. O documento foi endossado e o Executivo financiou produtos terapêuticos para o tratamento de 2500 crianças com malnutrição severa. De referir que esta estratégia ainda aguarda aprovação

formal por parte das instâncias superiores. No entanto, mesmo sem aprovação, as actividades decorreram dando resposta e minimizando a situação nutricional de emergência.

É importante notar que Angola foi atingida por uma estiagem que afectou pelo menos 10 províncias e, portanto, as prioridades para projetos de nutrição careceram de resposta urgente. As abordagens baseadas na comunidade contribuíram para a melhoria das práticas de alimentação de bebés e crianças, uma questão que estava incluída na Estratégia de Comunicação para a Promoção das Competências Familiares e outros materiais de comunicação.

Como de costume, também durante estes dois anos, foi desenvolvida uma parceria intensa e dado apoio técnico e de aprovisionamentos para a campanha nacional de suplementação de vitamina A, desparasitação e vacinação contra sarampo e poliomielite para crianças menores de cinco anos. A cobertura da suplementação de vitamina A aumentou de 75% em 2010 para 85% em 2011, tendo a desparasitação evoluído de 82% para 88% no mesmo período. O SNU participa num programa conjunto com o Executivo sobre a Nutrição e a Segurança Alimentar das crianças em Cunene, Moxico e Bié. Vários Ministérios estão actualmente a implementar o programa abrangendo mais de 115.000 crianças com menos de cinco anos, com o objectivo de melhorar as práticas de alimentação e a gestão da malnutrição aguda severa, bem como a oferta de suplementação de vitamina A e a desparasitação.

Foi também prestado apoio a pesquisa e avaliação sobre as experiências dos agentes comunitários de saúde e parteiras tradicionais. Esta pesquisa encontra-se em estado avançado e os dados que estão a ser analisados irão providenciar evidências para uma discussão e advocacia para o desenvolvimento da Política Nacional para os Agentes Comunitários de Saúde.

O Executivo Angolano alocou dois milhões de dólares para todos os municípios dentro do Programa de a Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África, que redundou na melhoria da eficiência da prestação de serviços de saúde.

As unidades de saúde, apoiadas pelas NU distribuíram mais de 300.000 mosquiteiros impregnados em seis províncias seleccionadas, para crianças menores de cinco anos. A distribuição de mosquiteiros impregnados tem uma ligação direta com a diminuição dos casos de malária, razão pela qual foram treinados os supervisores municipais no combate aos principais focos de malária.

Angola registou progressos significativos na erradicação da poliomielite tendo celebrado um ano sem a ocorrência de casos. Este resultado atribui-se aos esforços conjuntos de todos os parceiros liderados pelo Executivo, através da alta qualidade das campanhas de vacinação, melhoria da cobertura e tratamento da água, e da higiene. O Segundo Plano de Emergência de Interrupção da Pólio foi implementado e incluiu 9 jornadas de vacinação, reforço das actividades de vigilância das paralisias flácidas agudas (PFAs), e intensificação das actividades de vacinação de rotina em 51 municípios de alto risco. A imunização foi complementada com a distribuição de lixívia para 200.000 famílias em Luanda. Estes resultados também se devem a Estratégia de Barreira para prevenir a re-importação do vírus selvagem da poliomielite a partir da República Democrática do Congo. O UNICEF disponibilizou ao MINSA 14,7 milhões de doses de vacina para as campanhas de Março e Junho de 2012. Os esforços das campanhas foram complementados pelas estratégias de controlo da fronteira, vigilância e monitorização sincronizada entre Angola e a República Democrática do Congo, intensificação da rotina de vacinação, aumento da vigilância da

comunidade e comunicação interpessoal adaptada às diferentes etnias. Foi levado a cabo um estudo para diagnosticar a quantidade de crianças não abrangidas pela campanha de vacinação contra a poliomielite, nas áreas mais vulneráveis. A Estratégia de Barreira combinada com a mobilização social teve como resultado, o facto de mais de 75% dos agregados familiares beneficiados continuarem a efectuar o tratamento doméstico de água, após seis meses da realização da campanha. Para manter o compromisso com os Governos Provinciais, o SNU apoiou a elaboração de boletins trimestrais de informação para as províncias.

Angola lidera o grupo das cinco Doenças Negligenciadas (oncocercose, schistosomíase, geohelminthiases, filariose linfática, lepra e a tripanissomíase humana africana (THA). A OMS providenciou kits de tratamento da THA, para além de ter prestado apoio para a finalização do relatório anual e para o Plano Estratégico de 2011-2015. Também apoiou o MINSA no seguimento e implementação das recomendações do encontro dos gestores e parceiros dos Programas Nacionais da Lepra em África em Brazzaville como na elaboração de novas fichas para elaboração dos relatórios estatísticos trimestrais e anuais de Lepra, assim como na aquisição de medicamentos. Ainda, no que se refere às restantes endemias, a OMS tem dado apoio técnico e financeiro na formação de profissionais de saúde sobre o mapeamento integrado das DTN e aquisição de medicamentos.

O reforço da prevenção da malária continua a merecer apoio por parte dos SNU. O apoio do SNU concentrou-se na capacitação de recursos humanos, aquisição de produtos farmacêuticos e não farmacêuticos, monitoria e avaliação assim como no reforço do sistema de alerta e de controlo das epidemias da Malária. Foram formados 36 supervisores e Oficiais Provinciais do Programa Nacional de Controlo da Malária (OPPM), 891 em monitoria e avaliação e 72 sobre o sistema de alerta e de controlo das epidemias de Malária (MEWS). Também, no âmbito do apoio, foram adquiridos 1,291.953 tratamentos de Coartem e 750 testes rápidos em 2011. De acordo com as recomendações da OMS, foi actualizado o protocolo sobre quimio-sensibilidade dos testes de diagnóstico. No quadro das actividades transfronteiriças, foi elaborado um plano de trabalho comum para harmonizar as políticas e estratégias de intervenções de Pulverização Intra Domiciliar e actividades de controlo anti-larval. No apoio prestado para controle e prevenção da tuberculose, a OMS apoiou o reforço da notificação de dados de colheita segundo o sistema global de colheita online, como ênfase para a notificação e co-infecção TB/VIH e TB-MR. O apoio estendeu-se ao Programa de Controlo da Tuberculose na expansão da Estratégia dos DOTS e no reforço da rede de laboratórios de baciloscopia.

Com apoio da OMS, o MINSA elaborou Planos De Comunicação para Vacinação de Emergência, e também para Acelerar a Redução da Mortalidade Materna e Infantil e criação de uma rede de jornalistas para apoio às actividades de controlo da malária e de outras doenças.

Dando resposta ao programado sobre a iodização universal do sal, o Executivo Nacional e os Executivos Provinciais receberam apoio do UNICEF. Os principais portos e locais de produção de sal beneficiaram de processos de acompanhamento e controlo de qualidade, e foram igualmente organizadas actividades de sensibilização da comunidade, de mapeamento da produção de sal, e estudos de mercado nas dez províncias mais afectadas, o que permitiu que 60% do sal fosse iodado em condições adequadas.

De ressaltar a parceria com a Universidade Agostinho Neto, onde foram conduzidas pesquisas multisectoriais sobre água e saneamento. Dando resposta aos objetivos do UNDAF e ao Programa Conjunto de Água e Saneamento, o SNU usou instrumentos de monitoria dos ODM para água e saneamento. Isto foi conseguido através de um estudo piloto sobre água em seis municípios. A monitoria deste programa conjunto contribuiu para o reforço dos dados relativamente a água e saneamento, tendo facilitado o acesso a água potável a 80,000 famílias, das quais 20,000 eram crianças em idade escolar. Também foram melhorados os hábitos de higiene em dezasseis municípios, abrangendo 50,000 famílias, incluindo crianças. Foram igualmente construídos pontos de água, centros de saúde e escolas para aproximadamente 300.000 beneficiários.

Devido ao desalfandegamento problemático e moroso dos produtos para os projectos, foi conduzida uma avaliação dos serviços de logística de distribuição de mercadorias, no sentido de averiguar os pontos fracos na rede de distribuição e sugerir melhorias de modo a descongestionar o processo. O Ministério da Saúde tem sido apoiado pelo UNFPA na administração de contraceptivos e outros medicamentos para a saúde reprodutiva, desde os processos de aquisição, a logística de distribuição, o controlo de armazém e a disponibilização atempada.

Foi também providenciado apoio para a expansão de serviços para mais acessíveis e amigáveis para adolescente e jovens e informação sobre Saúde Sexual Reprodutiva, Infecções Transmitidas Sexualmente nas províncias de Luanda, Benguela, Uíge e Cunene.

### **Saúde, Nutrição, Água e Saneamento - Desenvolvimento das Capacidades**

Foi prestado apoio técnico ao Departamento de Nutrição do MINSA, assim como aos Ministérios da Agricultura, e das Águas, para darem resposta às províncias mais afectadas pela seca, nomeadamente Bié, Huambo, Kwanza Sul e Zaire. Através do CMAM (Gestão Comunitária para a Malnutrição Aguda) o apoio as comunidades foi reforçado no que diz respeito à formação para uma melhor abordagem sobre comportamentos para a melhoria da saúde, incluindo estratégias de comunicação e competências familiares beneficiando mais de 115.000 crianças menores de cinco anos. Por outro lado, em contexto também de ajuda humanitária, o UNFPA disponibilizou MESP (Pacotes Mínimos de Serviços Essenciais) e kits de limpeza na Província de Cunene para 3.000 mulheres e sus famílias atingidas pelas enchentes de Janeiro 2012.

Foi prestado colaboração concretamente pra elaboração das linhas condutoras e manuais para a conclusão do AIDI (Atendimento Integrado das Doenças da Infância).

No respeitante à água, foi finalizado juntamente com o Ministério das Águas, o Sistema de Gestão dos Pontos de Água pela comunidade. Com o apoio do SNU ao Sistema de Informação de Águas, foi firmado um acordo com DNAAS (Direção Nacional das Águas e Saneamento) para completar a base de dados. A legislação sobre a Estratégia de Resíduos Sólidos, que se encontra na Assembleia Nacional para aprovação, contou com o suporte técnico também do SNU. Este mesmo suporte foi disponibilizado para o Plano Mestre de Água e Saneamento para o Município do Kilamba Kixi em Luanda.

Dentro do Plano Conjunto sobre Segurança Alimentar e Nutrição, a OIM em parceria com o MINARS e membros do Programa Conjunto no Moxico e Bié, desenvolveram actividades de sensibilização com as associações locais sobre a prevenção do VIH e SIDA.

O modelo usado pelo SNU no programa de apoio ao Executivo sobre a Revitalização dos Serviços de Saúde, foi utilizado também pelo USAID e Banco Mundial, no Huambo e Luanda. A nível nacional, as agências das Nações Unidas participaram ativamente do Projecto de Revitalização dos Serviços de Saúde e nos seus vários comités, liderados pelo MINSA, uma vez que desempenham um papel de coordenação, a nível dos parceiros.

Em coordenação com o MINSA e SNU, o Plano Nacional de IMSAM, o CMAM teve início na província do Cunene. Este plano pretendeu dar resposta aos problemas nutricionais causados pela seca, tendo abrangido 300.000 crianças com idades inferiores a cinco anos no Bié, Huambo, Zaire e Kwanza Sul.

Está em curso o apoio do SNU numa iniciativa piloto para a sensibilização da comunidade, relativamente à abordagem da malária e doenças respiratórias agudas. As discussões com os Ministérios envolvidos estão a decorrer, com enfoque para os aspetos da prevenção, cuidados e tratamentos do VIH. Está também em preparação, com base num protocolo com o Banco Mundial, um inquérito sobre saúde e nutrição. Dentro das estratégias de comunicação e mobilização social, foram treinados em sete províncias de Angola, líderes comunitários em técnicas de mapeamento social e micro-planeamento para a mobilização social.

O MINSA, pela primeira vez, introduziu o método anticoncepcional Jadell, inicialmente em Luanda, tendo sido feito um estudo para a sua progressão nas províncias do Kwanza Norte e Kwanza Sul. Este método inovador tem grande aceitação entre as mulheres pela sua eficiência, duração (5 anos) e facilidade de implante.

No 14 de Maio de 2014, o Direcção Provincial de Saúde de Uíge, em parceria com UNFPA, lançaram um workshop de 15 dias sobre “Tratamento Cirúrgico da Fístula Obstétrica” in Damba, Uíge. O objectivo do workshop foi de tratar casos complicados de fístula obstétrica e de treinar doctores em técnica de consulta, cirurgia e outros temas relacionados com o tratamento de fístula obstétrica complicada. Três cirurgiões nacionais foram treinados por um especialista internacional, Dr. Michael Breen, Durante o workshop 83 mulheres com fistula obstétrica foram atendidas. UNFPA também forneceu equipamento e productos médicos para o tratamento da fístula obstétrica no Hospital da Damba, declarado pelo Ministério da Saúde como Centro Nacional de Referência para o Tratamento de Fístula Obstétrica. UNFPA também tem fornecido apoio financeiro ao Ministério de Saúde para o desenvolvimento de um Plano de Acção Nacional para o Tratamento da Fístula Obstétrica.

O UNFPA forneceu apoio financeiro e técnico para o treinamento formal de enfermeiras e parteiras tradicionais na provisão de serviços de planeamento familiar nas províncias de Kwanza Norte, Kwanza Sul, Bié e Zaire.

Com a assistência técnica do SNU, Angola assinalou as diversas jornadas Mundiais de Saúde, com foco especial no reforço da advocacia a favor de um investimento na saúde como um facto de desenvolvimento económico e social e elemento indispensável para a erradicação da pobreza. Destacam-se as Jornadas do Dia Mundial da Saúde, TB, Malária, Diabetes, Dia Mundial sem tabaco, Dia do Dador de Sangue, Saúde Mental, VIH/SIDA, dentre outros. Durante o mês de Março, mês da mulher, foram apoiados eventos em parceria com OIT e UNTA.

<b>Área de apoio 3</b>	<b>VIH e SIDA</b>
<b>Resultado 3</b>	Resposta nacional reforçada ao VIH e à SIDA através do acesso universal à prevenção, ao tratamento, aos cuidados e apoio, e da erradicação do estigma e da discriminação.
<b>Parceiros Nacionais</b>	INLS e MINSa.
<b>Agências Envolvidas</b>	OMS, UNFPA, UNICEF, UNESCO, PNUD e UNAIDS.

### Prestação de Serviços

Salienta-se no tema da saúde, como resultado de advocacia e de apoio técnico ao Ministério de Saúde, os avanços no atendimento integrado das instituições governamentais para a prevenção das infecções de transmissão sexual (ITS), o planeamento familiar e a prevenção da infecção de VIH, principalmente entre população jovem e grupos de risco. De igual maneira, atividades de mobilização que promovem este enfoque integrado entre a população, têm atingido mais de 325.000 pessoas das quais 2.093 fizeram teste voluntário de VIH em atividades comunitárias feitas por organizações não governamentais com apoio financeiro e técnico do UNFPA em Luanda, Benguela e Bié. Particularmente, nas províncias de Luanda, Benguela, Uíge e Cunene, O UNFPA apoiou a sensibilização de jovens, na escola e fora da escola, relativamente as ITS, planeamento familiar e a transmissão de VIH.

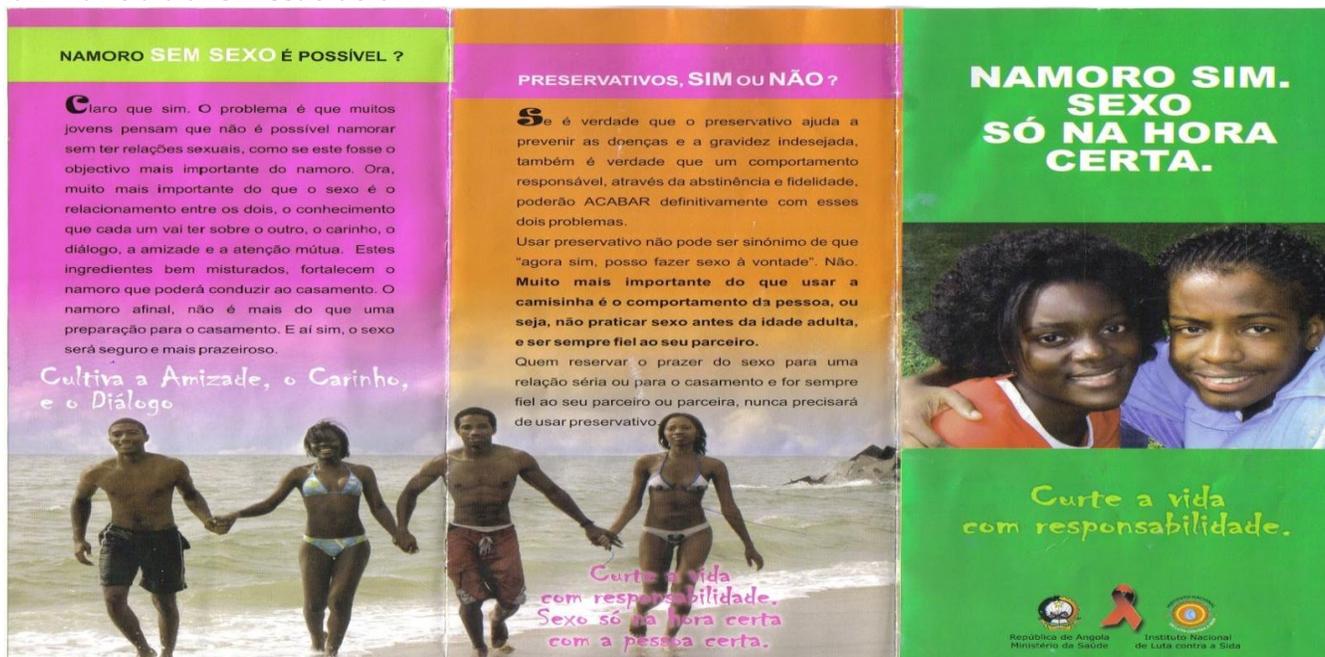


Ilustração 3: Panfletos de sensibilização sobre IST

O Executivo comprometeu-se a eliminar novas infecções pelo VIH entre crianças até 2015 e a manter as mães vivas dentro do ODM 6. Acções neste sentido foram apoiadas pelo SNU através do Grupo das Nações Unidas para o SIDA (UNJTA, compostas em particular, pelo UNICEF, UNFPA, OMS, UNOSIDA). Para o desenvolvimento de um plano de ação com acento tónico revitalização dos serviços de saúde a nível municipal. Como parte de uma iniciativa CPLP apoiada pela pelo SNU, decorreu um encontro de mulheres vivendo com VIH, facilitado pela rede das mulheres brasileiras

portadoras de VIH, a qual identificou questões prioritárias e um plano de trabalho de dois anos. Os resultados foram partilhados com MINARS e MINFAMU. No dia Mundial da SIDA em 2011, o Executivo lançou uma campanha que teve o apoio de todas as agências. O evento chave foi presidido pelo então Vice-Presidente Fernando da Piedade Dias dos Santos, mostrando o empenho e compromisso do Executivo e dando visibilidade à problemática da infecção.

A Equipa de Gestão de Desastres do SNU organizou com o apoio ONUSIDA uma formação sobre o VIH e Emergências com participantes instituições nacionais, ONGs, a rede de pessoas vivendo com VIH e organizações da sociedade civil. Embora progressos substanciais tenham sido feitos para dar resposta a diminuição do número de infeções, foram observados aumentos da infeção nas grávidas mulheres em Luanda, Benguela, Huambo e Bié. Registou-se coordenação entre as respostas do SNU através do UNJTA e o Fórum do VIH. As propostas submetidas pelo UNJTA, obtiveram financiamento. Os esforços efectuados pela ONUSIDA resultaram num considerável envolvimento da MINFAMU relativamente aos aspectos de saúde sexual reprodutiva incluindo planeamento familiar entre os jovens, igualdade de género, violência doméstica. Com o apoio do SNU, foram criados os Termos de Referência para o grupo intersectorial para a Coordenação do VIH, em parceria com o INLS (Instituto Nacional de Luta contra o SIDA). Devido ao processo eleitoral registaram-se atrasos na sua implementação. Foi prestado apoio para a elaboração da pesquisa dos Grupos de Risco, que apesar de estar completa, aguarda aprovação por parte do Executivo. O INLS elaborou e aprovou, com o apoio financeiro e técnico do UNJT apoiou a elaboração do Plano Estratégico Nacional para a Eliminação da Transmissão de Mãe para Filho do VIH (eMTCT de VIH). No âmbito do desenvolvimento de Competências para a Vida o SNU continuaram a apoiar as ações de prevenção do VIH e SIDA com a elaboração de materiais e abordagens no âmbito da educação de pares. O UNFPA apoiou ainda a participação de pessoal do INLS com o apoio do UNFPA, no Workshop Regional sobre Prevenção da Transmissão de Mãe para Filho, organizado pelo Escritório Regional do UNFPA e realizado do 16 ao 19 de Maio de 2011 em Malawi.

O Executivo e outros parceiros receberam apoio do SNU, em particular do UNICEF, na descentralização da implementação da Eliminação da Transmissão de Mãe para Filho em 6 províncias, (Luanda, Huambo, Cabinda, Moxico, Zaire and L. Sul), formando 180 pessoas, e estabelecendo uma média de 7 PMTCT pontos em cada província. Em termos de formação, o UNICEF, OMS, e o FNUAP tiveram um papel importante na adopção de novas metodologias e elaboração de manuais, tais como: desenvolvimento de uma nova metodologia de formação e da elaboração do manual para enfermeiros na área de Eliminação da Transmissão de Mãe para Filho e a revisão do Protocolo Nacional de Testagem e Aconselhamento do HIV, tendo constituído a base para um novo manual nessa área, elaboração de um manual de tratamento feito em casa. O Executivo, alocou mais fundos a muitas das actividades relacionadas ao HIV. Pessoas Vivendo com o VIH/SIDA especialmente mulheres, foram integradas nas formações e estão cada vez mais activas na prestação de serviços. As Organizações da Sociedade Civil também foram bastante apoiadas, em grande parte pelo UNICEF, para envolverem-se mais eficientemente na implementação do Plano Estratégico Nacional para a Eliminação da Transmissão de Mãe para Filho do VIH (eMTCT de VIH).

O UNFPA forneceu apoio técnico e financeiro à ONG CAJ- Centro de Apoio aos Jovens para levar a cabo serviços para a testagem voluntária da infecção do VIH de forma inovadora, com unidades móveis que alocadas em três mercados mais importantes e movimentados da cidade de Luanda, nos meses de Julho, Outubro e Novembro de 2012. Mais de 800 pessoas fizeram o teste voluntário

e mais de 10.000 pessoas foram sensibilizadas, principalmente jovens, sobre a prevenção da transmissão do VIH, como parte da Saúde Reprodutiva que também inclui o Planeamento Familiar.

Em relação a protecção de crianças e famílias vulneráveis, o UNICEF em parceria com a NGO italiana VIS e parceiros locais implementou um modelo de intervenção de protecção social par aproximadamente 200 famílias e 130 crianças na província do Moxico. Os beneficiários puderam melhorar a sua condição resultando que algumas regressaram á Zâmbia para airem buscar as suas crianças par abeneficiarem do programa. Esta intervenção piloto foi implemntado com o objectivo de ser ampliada e reproduzida a nível nacional.

Após o encerramento do Projeto Fundo Global em Setembro de 2010 foi iniciada a continuidade da prestação dos serviços. Esta continuidade dos serviços prestados providenciou recursos necessários para manter o tratamento anti-retroviral a 23.151 pessoas vivendo com VIH. Também forneceu recursos necessários para prevenir a transmissão do VIH mãe-filho para 1.000 mulheres grávidas que já recebem esses serviços através da subvenção do Fundo Global. Na província de Cabinda, foi criado um para a Prevenção da Transmissão Vertical de mãe para filho, tendo sido fornecida formação de formadores a a trabalhadores de saúde e pessoas vivendo com VIH, para desenvolver competência, implementar intervenções, eliminar o vírus nas crianças, mantendo as suas mães vivas.



Ilustração 4: Marcha alusiva ao dia Mundial do HIV/ SIDA

O MINSA com o apoio do UNFPA providenciou acções de sensibilização e formação sobre prevenção do VIH e sobre saúde sexual reprodutiva, a jovens, trabalhadoras de sexo, parteiras tradicionais, profissionais de saúde. O UNFPA, forneceu equipamento médico e materiais para intervenções de urgência do foro ginecológico. No âmbito do reforço das capacidades especialistas em saúde sexual reprodutiva e género beneficiaram de formação a nível regional.

O UNFPA forneceu ao MINSA os implantes e capacitou profissionais de saúde para a sua aplicação correcta. Foi igualmente prestado apoio em aconselhamento e apoio psicossocial e reabilitação de serviços do VIH/SIDA para mulheres e raparigas trabalhadoras de sexo em Benguela e

adolescentes em Luanda. Para os jovens fora e dentro da escola foram levadas a cabo sessões de capacitação sobre Saúde Sexual Reprodutiva e prevenção do VIH nas províncias de Luanda, Benguela, Uíge e Cunene.

### **Elaboração de Políticas**

Pela primeira vez durante a elaboração do Plano Estratégico Nacional para 2011-2014 para o VIH e Grandes Endemias, estiveram tantos sectores governamentais (Saúde, Segurança Nacional, MINFAMU, MINJUD, MINARS) assim como a plena participação da sociedade civil, incluindo pessoas vivendo com VIH, associações de mulheres e activistas de direitos humanos. O Plano está ser implementado tendo em vista a descentralização e fortalecimento dos sistemas de saúde, envolvendo o governos e a sociedade civil. Ainda com o apoio técnico e financeiro das Agências em particular do UNJTA, foi elaborado o Plano Estratégico Nacional de Eliminação da Transmissão do Vírus de Mãe para Filho (transmissão vertical), que tem sido adoptada como parte da Estratégia Nacional de redução da infecção. O Plano, assim como o orçamento, já estão disponíveis, também como o manual de formação para enfermeiros. O Protocolo Nacional para a testagem e aconselhamento do VIH foi revisto estando a nova versão disponível. Foi também dado apoio financeiro e acessória técnica ao MED (Ministério da Educação) pelo UNICEF e UNESCO para o desenho do Plano Estratégico para o VIH e SIDA e Grandes Endemias. Com o apoio do UNFPA, foi levado a cabo um mapeamento das ONGs que desenvolvem actividades do VIH e SIDA, assim como a elaboração de uma brochura sobre o *Rosto Feminino do VIH em Angola*

O Ministério da Juventude e Desportos (MINJUS) implementou várias ações a nível de políticas, pesquisa e desenvolvimento de materiais com vista a prevenção do VIH. Estas ações, que tiveram o apoio do UNICEF e do UNFPA, incluem o desenvolvimento da estratégia de prevenção do VIH, que foi integrado no Plano Sectorial, o estudo qualitativo entre os adolescentes e jovens envolvidos em comportamentos de risco, a integração do estudo no plano estratégico e respectivos materiais de sensibilização a serem usados em 2013.

De notar que no âmbito do projeto de Revitalização dos Serviços de Saúde, os aspectos ligados à problemática da infeção pelo VIH, tem merecido especial atenção por parte do Executivo. e têm sido sistematicamente incorporados nas ações. O SNU contribuíram significativamente para este facto através da advocacia e assistência técnica.

Para maior mobilização de recursos para o VIH e SIDA, a ONUSIDA apresentou a proposta de deslocação de 1% dos lucros anuais das receitas do sector privado.

<b>Área de apoio 4</b>	<b>Desenvolvimento Económico Sustentável</b>
Resultado 3	Reforço do crescimento económico e da gestão macroeconómica responsável em prol dos pobres, do desenvolvimento rural integrado, da gestão dos recursos naturais e da energia para promover a proteção ambiental, da eficiência energética e da adaptação às alterações climáticas.
<b>Parceiros Nacionais</b>	INLS, MINAMB, MINADERP, UNTA, FESA, MINFAMU.
<b>Agências Envolvidas</b>	PNUD, FAO, UNESCO e OIM.

### **Desenvolvimento das Capacidades**

Registaram-se progressos para a criação do quadro institucional do Município Amigo da Criança (MAC), que vai providenciar as bases para o engajamento do UNICEF a nível municipal tendo em vista o desenvolvimento das capacidades na área de gestão financeira pública. Ainda no âmbito dos MAC, foram validadas as propostas para os indicadores do MAC, bem como discussões para certificação do sistema a ser testado no Bié e Huíla.

Foi nomeada uma autoridade Nacional para a coordenação da Política Nacional de Saneamento Ambiental. O quadro de implementação da estratégia foi discutido por membros do Ministério da Indústria, Petróleo e Comércio. O Banco Central discutirá o quadro de implementação da estratégia. Com o suporte do SNU, foi formulado um programa integrado de proteção do meio ambiente, mudanças climáticas, diminuição e adaptação, biodiversidade e redução dos riscos dos desastres ambientais. Dando respostas aos ODM, o Presidente de Angola participou no COP 17, mostrando o nível de comprometimento do país nas questões relacionadas com as alterações climáticas tendo o PNUD apoiado a primeira intervenção do Executivo no UNFCCC. Com o apoio do PNUD, Angola começou o processo de desenvolvimento dos parâmetros para a estratégia.

2012 foi um ano marcante para o PNUD relativamente ao apoio prestado ao sector do ambiente, como por exemplo a preparação para a participação da delegação angolana na Conferência Mundial Rio +20 sobre Desenvolvimento Sustentável. O PNUD tem sido solicitado para apoiar a preparação do projeto da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável. Em parceria com o PNUD, o MINAMB participou na 18<sup>th</sup> Conferência das Partes Envolvidas do UNFCCC e elaborou uma proposta da Política Nacional de Saneamento Ambiental. Foi prestado apoio também a primeira Conferência de Saneamento Ambiental em Angola, que impulsionou a expansão da abordagem de saneamento total liderado pela comunidade. Esta abordagem continua a expandir-se: 300 pessoas receberam formação em quatro províncias rurais (Bié, Cunene, Huíla e Moxico), o que teve como resultado a construção, por 2000 agregados familiares em zonas rurais, das suas próprias latrinas. Para além disso, estima-se que 220.000 pessoas em áreas rurais e suburbanas e 50.000 crianças do ensino primário tenham beneficiado do acesso a fontes de abastecimento de água potável, como resultado da construção de pontos de água. A Direcção Nacional de Abastecimento de Água lançou o Sistema de Informação de Gestão para o Sector de Água e Saneamento (SISAS) em 18 províncias, após três anos de advocacia e assistência técnica do UNICEF.

No capítulo da Biodiversidade foi aprovado um projecto de aproximadamente 8 milhões de dólares sobre as áreas protegidas (Iona Project) e um outro projecto de 20 milhões de dólares para expandir e fortalecer o sistema de áreas protegidas. Um projecto de adaptação à mudança climática de aproximadamente 33 milhões de dólares aguarda a disponibilidade de fundos.

#### **Políticas conducentes a Redução da Pobreza**

Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas n.º 30/11, 13 de setembro, que regula o tamanho das empresas e define os benefícios por parte do Estado.

Criação, em 2012, pelo Ministério da Economia, do Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas com forte investimento na área de crédito para os negócios.

Criação, em 2012, pelo Ministério da Economia, do BUÉ novo serviço público, cujo objetivo é simplificar o processo de constituição e licenciamento das empresas, que regula a actividade de empresários que estão no mercado informal. O BUE é uma iniciativa que inclui bancos, identificação, o registo civil e os impostos.

Microcrédito - Aprovação em 2011 da Lei das Instituições Financeiras - Lei n.º 13/05 de 30 de Setembro, que visa permitir a expansão do número de instituições financeiras que operam em microcrédito no país.

O SNU no âmbito do Projecto Crescimento dos Negócios Sustentável facilitou as ligações entre as grandes empresas, possíveis investidores e parceiros locais, para fortalecer e expandir o sector de pequenas e médias empresas, contribuindo para oportunidades de geração de renda para os pobres, potenciando o desenvolvimento de novos produtos e serviços que atendam às suas necessidades.

Para estimular novos negócios e emprego no sector formal, o Banco Nacional de Angola, implementou novas estratégias de financiamento para expandir os serviços bancários, inclusivamente para o sector informal. Estes estudos foram realizados nas áreas de ecoturismo, produção de café e soja, como melhorias de estratégias dos programas dos Ministérios do Turismo e

Agricultura bem como do sector privado.

O Desenvolvimento agrícola mereceu também uma atenção especial durante estes dois anos de implementação do UNDAF, com o impulso das actividades normativas no quadro de cooperação com o Executivo de Angola. A título de exemplo, podemos citar que a FAO prestou assistência à materialização do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e de Luta Contra a Pobreza (PIDRLP) que é o programa de referência do GoA para a erradicação da fome e da pobreza em Angola. A FAO promoveu a reativação do processo de consultas formais entre os principais parceiros de Angola e o Ministério da Agricultura, sobre os programas de desenvolvimento agrícola. Esta iniciativa é tão importante que a Representação acaba de lançar o processo de formulação do “Programa/País” (CPF) para Angola cujo horizonte é 2015, o qual passará a constituir o quadro de referência de cooperação entre Angola e a FAO. O Apoio do SNU centrou as suas actividades de desenvolvimento Agrícola em 2011 na a segurança alimentar e nutricional. A assistência neste domínio, caracteriza-se por duas categorias de respostas, ou seja o Plano Estratégico e o Plano Operacional, cujo apoio foi prestado ao MINADERP para coordenação de todos os projectos sobre a Estratégia Nacional da Segurança Alimentar (SNSAN/ENSAN). Foi também prestado apoio a criação da biblioteca virtual, reforçando as capacidades de comunicação e informação. Visando a melhoria da irrigação dos perímetros agrícolas de pequenos produtores e o reforço das suas capacidades organizacionais, o Executivo com o apoio da FAO desenvolveu actividades ligadas à agricultura urbana e peri-urbana em Luanda. No âmbito das parcerias

necessárias para o sector Agrícola, estabeleceram-se laços com o Ministério do Ambiente, MINFAMU e com a fundação FESA. Celebrou-se a edição da sobre a temática “preço dos alimentos – da crise à estabilidade”, à escala nacional, com a colaboração dos governos provinciais e o fórum nacional das mulheres rurais de Angola. Foram distribuídos equipamentos agrícolas aos produtores de duas localidades da provincial do Uíge, no valor de 82.000 USD.

Ainda no âmbito do apoio à elaboração de políticas o UNICEF apoiou o desenho do Programa Nacional de Saneamento do Ambiente (PNSA) assim como o seu Plano Estratégico Nacional. Ambos aguardam decisão final do Ministério do Ambiente.

### **Áreas Estratégicas**

Os resultados das áreas estratégicas dificilmente podem ser apresentadas de maneira isolada pois de algum modo aparecem de forma transversal em alguns pontos já citados acima, como por exemplo o reforço prestado as estatísticas produzidas essencialmente pelo INE.

A formação tem sido uma constante, no âmbito da parceria do Executivo e o SNU. Não somente tem beneficiado de capacitações os parceiros directos mas também jornalistas para reportarem convenientemente sobre o nível de implementação dos ODM's mais particularmente os objectivos, conquistas e constrangimentos.

O Relatório dos ODM 2010 foi imprimido e está pronto para distribuição. Técnicos do INE e de outros departamentos ministeriais foram formados sobre a importância da recolha de dados e análise da informação estatística a vários níveis. O SNU, em Angola, através do trabalho de suas agências, tem estimulado a produção de dados e análises de estatísticas desagregadas por sexo e idade, contribuindo para uma maior conscientização sobre políticas que efetivamente garantam os direitos dos mais desfavorecidos, das mulheres, os direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o planeamento familiar entre outros.

Com apoio da OMS, o MINSA realizou XXI Conselho Consultivo cujo lema enfatizou a responsabilização dos indivíduos, famílias e comunidades. O Conselho Consultivo recomendou o reforço das intervenções de promoção da saúde.

No âmbito do reforço de capacidades e visando maior emancipação da mulher no mundo do trabalho, a OIT auxiliou o Executivo de Angola na inclusão da componente género em todas as esferas da vida política, social e económica . O objetivo foi de ajudar a aumentar a participação das mulheres na economia de Angola e, conseqüentemente, integrar a componente igualdade de género na capacitação dos trabalhadoras, quer sejam mulheres ou homens. Ainda dentro da questão igualdade de género no mundo do trabalho, o MAPTSS (Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social) aceitou a proposta da inclusão do observatório de género nas estruturas já existentes de análise estatística sobre o emprego, como por exemplo, no observatório de emprego. Também as capacidades dos Inspectores de Trabalho foram reforçadas com a inclusão da análise de género nas actividades inspectivas laborais. Os Pontos Focais de Género nas instituições estatais receberam capacitação para refrescamento no âmbito da integração dos direitos e da igualdade de género nos locais de trabalho. As actividades de reforço de capacidades financiadas pela OIT abrangeram também mulheres sindicalizadas, membros das associações e organizações femininas. Para maior visibilidade da questão referenciada na Convenção da OIT nº 189 (Junho 2011) sobre a formalização do trabalho doméstico em Angola, a

OIT apoiou alguns eventos públicos organizados pelo Comité das Mulheres Sindicalizadas,. No âmbito da advocacia, com o apoio da UNTA, foi produzido um filme sobre as empregadas e os empregados domésticos nas províncias da Huíla, Benguela e Luanda. Em apoio à Campanha Global do CSI (Comité dos Sindicatos Internacionais), o Comité das Mulheres Sindicalizadas, com a colaboração do projecto da OIT advogou junto das entidades com poder de tomada de decisão sobre os direitos das mulheres e homens empregadas/os domésticos, bem como sobre a necessidade de a Convenção Internacional da OIT nº 189 (Junho 2011) ser ratificada pelo Executivo angolano. Também durante o mês de Março, o projecto "igualdade de género no mundo do trabalho", financiado pela OIT, colaborou com o Ministério da Família e Promoção da Mulher nos eventos da Jornada Março-Mulher.

## **8. Progressos na Reforma das NU referente á Organização Administrativa e de Procedimentos**

Devido à realização das eleições de 2012, o Executivo e o SNU concordaram em prorrogar o UNDAF para mais um ano. Assim, o actual UNDAF em vez de terminar em 2013, terminará em 2014. Este adiamento permitirá uma melhor harmonização e alinhamentos das prioridades estratégicas do novo quadro de cooperação com o novo Programa Nacional de Desenvolvimento do Executivo recentemente eleito, para o período de 2013-2017.

A ausência de planos validados a nível nacional ou PRSP coloca alguns constrangimentos em termos da implementação do UNDAF. Contudo, determinadas estruturas como os ODM constituam uma âncora para a definição das prioridades nacionais. O desenvolvimento do novo quadro de parceria incluirá ferramentas de programação flexíveis, que se podem adaptar a esta situação e beneficiará do Programa Nacional de Desenvolvimento do Executivo, acima referido .

O Executivo conduziu a revisão de Médio Prazo do CNAC, tendo avaliado as conquistas do biénio anterior e aprovou o plano bienal 2011-2012 orçado em 500 milhões de dólares. Lideradas pelo UNIFEC, todas as agências do SNU em Angola contribuíram técnica e financeiramente para o evento.

No referente à saúde, a interrupção da transmissão da poliomielite foi a prioridade global do Executivo apoiada pelo SNU em 2011 e 2012. As principais agências envolvidas são a UNICEF e OMS, que protagonizam uma das melhores práticas em termos de alavancar o executivo para assumir a liderança e investir numa iniciativa orientada para bons resultados. Deste modo, o Executivo Angolano financiou até 89% os custos operacionais das campanhas. A liderança eficaz dos governadores provinciais e administradores municipais assim como líderes da comunidade na elaboração e execução das campanhas conduziu a melhor qualidade de cobertura. As campanhas foram sincronizadas com os países vizinhos, RDC, Namíbia Zâmbia. Os esforços para melhorar a imunização e o acesso a água potável nos municípios de alto risco continuam a vigorar para reforçar o sistema nacional de vigilância.



Ilustração 5: Secretário Geral das Nações Unidas - lançando a 1a. campanha da pólio de 2012

No decurso deste período da implementação do UNDAF, Angola contou com várias visitas de alto nível das diferentes Agências das Nações Unidas, nomeadamente a visita do Director Executivo do Unicef, Anthony Lake, para se juntar ao combate à poliomielite. Como parte da comitiva, esteve igualmente presente, o presidente Global de Saúde da fundação Bill e Melinda Gates, Tachi Yamada. Considerando que a Fundação Bill e Melinda Gates é a principal financiadora da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do UNICEF, esta visita representou um ponto alto e motivador para maior empenho no combate à poliomielite e o alcance dos ODM. A Sub-Secretária e Administradora Adjunta do PNUD, Sra. Rebeca Grynspan também visitou o país para acima de tudo reforçar as relações com o Executivo Angolano e expandir o leque de parceiros chaves do PNUD. Sr. Jacques Diouf, Director Geral da FAO cessante, a fim de agradecer as autoridades angolanas pela excelente cooperação entre a FAO e o Executivo e essencialmente agradecer pela grande contribuição e apoio do Executivo para o estabelecimento do prémio da FAO, intitulado Prémio Jacques Diouf para a Segurança Alimentar, incluindo a sua insituiconalização a nível da União Africana.

Acima de tudo, há a realçar a exitosa visita do Secretário Geral (SG) das Nações Unidas, Sr. Ban Ki-Moon, em 2012. A visita significou o reconhecimento do SG pelos progressos alcançados por Angola nos dez anos de paz, em termos reconstrução, desenvolvimento económico e do seu papel cada vez mais prominente na região e organismos regionais e a contribuição que papel que Angola pode prestar às questões de paz internacionais. A visita permitiu o reforço das relações ao mais alto nível, entre o Executivo Angolano e as Nações Unidas e para rever a parceria entre ambos particularmente no contexto do alcance ods ODMs.

A operação em Angola das acções das SNU é muito cara, representando desafios da qualidade e da disponibilidade de serviços. A Equipa Operacional de Gestão do SNU esforçou-se no sentido de melhorar os serviços comuns internos tendo em vista a redução de despesas, como por exemplo reduzindo as transações de compras através de fornecedores intermediários.

A UNICEF reviu o seu plano bianual de 2011-2013 e alinou-o em mais de 80% com o Plano do CNAC embora haja compromissos por assinar por parte dos parceiros.

Os Programas conjuntos de Água e Saneamento e de Segurança Alimentar e Nutrição, implementados pela UNICEF, OIM, FAO, OMS, ILO refletem o esforço do SNU em coordenar, criar sinergias e reduzir custos na sua parceria com o Executivo e assim obter resultados comuns de forma a obter maior eficiência por parte do SNU a custos mais reduzidos.

## 9. Desafios e Oportunidades

Na frente de Ação contra Minas, muito progresso tem sido feito na desminagem das áreas mais afectadas, por diferentes atores (INAD, CED, ICP, Forças Armadas, Polícia Nacional). Levando em consideração que outro ICP está fornecendo um apoio substancial para INAD e CNIDAH, o PNUD precisa de reformular e posicionar-se a nível estratégico. Por último, Angola apresentou um pedido de extensão sob o art. 5 do Tratado Otawa por um período de 5 anos. Um dos desafios é atualizar e consolidar o banco de dados em termos de áreas já desminadas.

O funcionamento do mecanismo UNDAF pode ser otimizado como instrumento de coordenação estratégica das atividades do SNU em Angola, se algumas dificuldades de comunicação e incompatibilidade entre os seus sistemas de informação forem superadas entre as agências e programas em curso. É verdade que elas seguem diferentes modelos de atuação, mas um melhor entendimento dessa diversidade de mandatos pode ajudar a superação de alguns problemas aparentes. Para tal é preciso que se estabeleçam processos de acompanhamento da atuação específica das agências de acordo com os grandes resultados planejados no UNDAF. A melhoria da comunicação entre as agências pode levar a adopção do UNDAF como instrumento de programação, levando também a uma maior divulgação interna e externa do documento.

Um outro desafio enfrentado neste período foi o impacto da preparação das eleições na qual os processos governamentais ficaram naturalmente suspensas, causando atrasos na aprovação de alguns documentos estratégicos por parte do Executivo e disponibilização dos mesmos ao SNU.

Em 2011, o SNU aumentaram o diálogo sobre os indicadores dos ODM, principalmente o ODM 7 (Ambiente Sustentável) o ODM 1 (Redução da Pobreza e da Fome) e providenciou instrumentos de monitoria para que o Executivo possa aferir os progressos feitos e reportar aos cidadãos.

O financiamento para os programas continua a ser um factor de grande preocupação. Localmente e também através dos Comitês Nacionais, e o SNU tem envidado esforços para angariação de fundos mas, infelizmente, com muito pouco sucesso. Para redução das despesas, por exemplo quase todas as agências diminuíram os seus gastos através de uma redução do seu espaço e

também de quadros. Angola continua a ser um dos países mais caros do mundo e as despesas são elevadas.

Um dos desafios maiores na implementação e desenvolvimento de programas consiste na limitação em termos de recursos humanos capazes a nível dos vários sectores do Executivo. Contudo, outros acontecimentos apresentaram algumas oportunidades na cooperação entre o Executivo e o SNU. Tanto no reforço das relações, como na implementação do UNDAF, nomeadamente, a continuidade do Executivo, como resultado das eleições, a visita do SG do Director Executivo do UNICEF, do Director da UNESCO, da FAO, da participação de Angola no Rio+20, no processo de graduação de Angola entre outros. A melhoria dos indicadores económicos desde o alcance da paz, também se apresenta como grande desafio e motivação para a maior cooperação entre o SNU e o Executivo de Angola.

Constatou-se a diminuição do financiamento para projectos do VIH e SIDA por parte dos doadores externos. O principal suporte financeiro é do Executivo. No entanto a fraca capacidade dos serviços de saúde e a falta de dados precisos, dificultam a resposta ao VIH/SIDA sobretudo na tomada de decisões e planificação, bem como na prevenção da infeção.